

# AVISO PARA SUBMISSÃO DE CANDIDATURAS EM REGIME DE “BALCÃO PERMANENTE”

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL  
BEIRA INTERIOR SUL



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu  
de Desenvolvimento Regional



QUADRO  
DE REFERÊNCIA  
ESTRATÉGICO  
NACIONAL  
PERIÓDICO 2007-2013

mais  
CENTRO

Programa Operacional Regional do Centro

O presente Aviso para Submissão de Candidaturas é definido nos seguintes termos:

### **1. Âmbito**

Nos termos do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Portuguesa e a Associação de Municípios Portugueses para promover a execução dos investimentos de Iniciativa Municipal no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, concretamente na Iniciativa 2, publica-se o presente Aviso para Submissão de Candidaturas em contínuo – “Balcão Permanente”, para as candidaturas enquadradas pelo Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro e a Comunidade Intermunicipal da Beira Interior Sul.

O Aprovação das operações terá em consideração os Regulamentos Específicos que foram considerados na contratualização bem como as especificações que constam em anexo.

### **2. Âmbito territorial**

O território abrangido pelas operações a financiar no presente Convite corresponde à Unidade Territorial da Beira Interior Sul da Região do Centro, definida de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 68/2008, de 14 de Abril.

### **3. Formalização da candidatura**

A candidatura é apresentada à Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro por via de submissão de formulário electrónico disponível no sítio da Internet [www.maiscentro.qren.pt](http://www.maiscentro.qren.pt), devidamente preenchido e acompanhado de todos os documentos indispensáveis à sua completa instrução.

### **4. Prazo para a apresentação de candidaturas**

O prazo para apresentação de candidaturas decorre entre a data de publicação do presente Aviso e as 18 horas do dia 29.10.2010. Este prazo permite que as candidaturas que vierem a ser submetidas no Sistema de Informação do Mais Centro possam ser apreciadas e reunir as condições de aprovação em 2010 e assim beneficiarem das iniciativas previstas no Memorando de Entendimento e das alterações nos Regulamentos Específicos aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente.

### **5. Dotação orçamental**

A dotação máxima orçamental a atribuir às operações a seleccionar é a prevista na Cláusula 4ª do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro e a Comunidade Intermunicipal da Beira Interior Sul, para o período 2008-2010, deduzidas as aprovações já efectuadas à data, pela Comissão Directiva, bem como os montantes postos a concurso por Regulamento Específico contratualizado através de Aviso ou Convite e para os quais ainda não haja decisão final.

Este valor é de 12.567.615€.

No caso da dotação aqui indicada se revelar insuficiente, durante o ano de 2010, para fazer face a reprogramações financeiras das operações já aprovadas, bem como para a aprovação de novas operações que cumpram as regras previstas no documento "Orientações da AG para a operacionalização do Plano de Iniciativas", esta dotação poderá vir a ser alterada.

#### **6. Condições de admissão e aceitação das operações**

Para além das condições específicas previstas nos anexos a este Aviso, considera-se como condição geral o grau de maturidade dos investimentos a candidatar. Assim, apenas serão aceites as candidaturas que se encontrem em avançada fase de estabelecimento de vínculo contratual com os respectivos fornecedores, com as necessárias adaptações para os projectos que não digam respeito a infra-estruturas e equipamentos. Entende-se como avançada fase de vínculo contratual, no caso de empreitadas, a comunicação da intenção de adjudicação.

Coimbra, 18 de Junho de 2010

O Presidente da Comissão Directiva do Programa Operacional Regional do Centro

Data de publicação do presente Aviso: 21 de Junho de 2010

# ANEXOS

<b>REGULAMENTOS</b>	
<b>AAE</b>	Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística
<b>MOU</b>	Mobilidade Territorial Urbana
<b>COE</b>	Equipamentos para a Coesão Local
<b>EDU</b>	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar
<b>MOT</b>	Mobilidade Territorial
<b>CUA</b>	Ciclo Urbano da Água - Vertente em Baixa - Modelo não Verticalizado
<b>GAE</b>	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados
<b>SAM</b>	Sistemas de Apoio à Modernização Administrativa

Eixo Prioritário 1  
Competitividade, Inovação e Conhecimento

# Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística

**Aviso nº: Centro-AAE-2010-17**



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu  
de Desenvolvimento Regional



QUADRO  
DE REFERÊNCIA  
ESTRATÉGICO  
NACIONAL  
PERIÓDICO 2007-2013

mais  
CENTRO

Programa Operacional Regional do Centro

Nos termos do Regulamento Específico “Sistema de Apoios a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, é publicado o presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas.

As informações que constam do presente Anexo ao Aviso devem ser conjugadas com o conteúdo das normas comunitárias e nacionais relevantes, das orientações técnicas e do formulário da candidatura, conforme referido nos respectivos pontos deste Anexo ao Aviso, alertando-se para a necessidade de conhecimento do teor integral desses documentos.

O presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas é definido nos seguintes termos:

### **1. Âmbito**

Nos termos do n.º 3 do artigo 12º do Regulamento Específico “Sistema de Apoios a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, o presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas em contínuo – “Balcão Permanente”, enquadrado pelo Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro (adiante designado por Mais Centro) e as Comunidades Intermunicipais, visa o financiamento de operações através do Regulamento Específico referido, integrado no Eixo Prioritário 1, do Mais Centro.

Para além dos meios legais estabelecidos, o presente Anexo ao Aviso é divulgado nos sítios da Internet do QREN ([www.qren.pt](http://www.qren.pt)), do Mais Centro ([www.maiscentro.qren.pt](http://www.maiscentro.qren.pt)) e das Comunidades Intermunicipais.

### **2. Objectivos**

As operações a financiar devem prosseguir os objectivos previstos no artigo 2º, do Regulamento Específico “Sistema de Apoios a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística”.

### **3. Tipologia de operações a apoiar**

No âmbito do presente Anexo ao Aviso são elegíveis as tipologias de operações previstas no artigo 5º, do Regulamento Específico “Sistema de Apoios a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística”. As operações a financiar devem ter enquadramento nas tipologias previstas no Anexo I do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro e as Comunidades Intermunicipais.

### **4. Entidades beneficiárias**

Considerando as tipologias de entidades beneficiárias previstas no artigo 6º, do Regulamento Específico “Sistema de Apoios a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística”, são elegíveis no âmbito do presente Anexo ao Aviso as seguintes entidades:

- a) Municípios;

b) Sociedades gestoras de capitais maioritariamente públicos, vocacionados para actividades de criação, gestão e dinamização de áreas de acolhimento empresarial;

## **5. Financiamento das operações**

A taxa máxima de co-financiamento FEDER para as operações apoiadas no âmbito do presente Anexo ao Aviso será a prevista no nº 4 do artigo 10º do Regulamento Específico “Sistema de Apoios a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, de acordo com as condições aí definidas.

## **6. Duração da execução das operações**

Cada operação a apresentar no âmbito do presente Anexo ao Aviso, deve ter uma duração máxima de 24 (vinte e quatro) meses para a respectiva execução.

## **7. Condições de admissão e aceitação dos beneficiários**

As condições de admissão e aceitação dos beneficiários são as exigidas no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, bem como no artigo 8º, do Regulamento Específico “Sistema de Apoios a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística”.

## **8. Condições de admissão e aceitação das operações**

As operações a financiar no âmbito do presente Anexo ao Aviso, para além de obedecerem às condições decorrentes do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem respeitar as condições de admissão e aceitação previstas no artigo 7º, do Regulamento Específico “Sistema de Apoios a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente.

## **9. Data limite para a comunicação da admissão e aceitação da candidatura**

A comunicação aos promotores da decisão relativa à admissão e aceitação das candidaturas é efectuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após a sua submissão.

## **10. Avaliação do mérito da operação**

### **10.1. Critérios de selecção**

As operações serão objecto de uma avaliação de mérito em função da totalidade dos critérios de selecção definidos no Regulamento Específico, nomeadamente:

#### **A. Qualidade Intrínseca da Operação**

**A1.** Coerência e razoabilidade do projecto (designadamente, aspectos económico-financeiros, técnicos, de mercado, científicos, tecnológicos e organizacionais) para alcançar os resultados previstos com eficácia e eficiência, privilegiando as operações em Rede;

**A2.** Equipa de direcção com perfil de competências adequado à realização do projecto;

**A3.** Qualidade e adequação dos serviços avançados, das infra-estruturas básicas e dos serviços de apoio;

**A4.** Adequação institucional do modelo de gestão e existência de ligações institucionais em rede regional e supra-municipal de AAE, bem como as ligações à rede de PCT e outras infraestruturas de apoio à competitividade.

## **B. Contributo para a Criação e Instalação de Empresas na Região**

**B1.** Capacidade de instalação e atracção de empresas;

**B2.** O volume de emprego técnico qualificado que se prevê criar;

**B3.** Impacto sobre a competitividade das empresas e da região;

**B4.** O grau de adequação da oferta à envolvente empresarial regional e sub-regional (Procura) bem como às prioridades estratégicas regionais.

## **C. Contributo para a Política de Coesão Regional e Ordenamento do Território**

**C1.** Contributo para o ambiente e ordenamento do território, disciplina da procura por solo industrial e geração de economias de rede e aglomeração;

**C2.** Contributo para a dinamização de empreendedorismo local, nomeadamente, em *lagging* sub-regiões;

**C3.** Contributo do projecto para a concretização das metas quantificadas estabelecidas para o Programa Regional.

## **10.2. Metodologia de cálculo**

Aos critérios de selecção será aplicada a seguinte metodologia de cálculo que permitirá avaliar o Mérito da Operação (MO) e proceder à respectiva hierarquização das operações:

<b>TIPOLOGIA DA OPERAÇÃO</b>	<b>MÉRITO DA OPERAÇÃO</b>
<b>sub-alínea i), alínea a), do nº 1, do artigo 5º:</b> Infra-estruturas físicas	$MO = 0,20 A + 0,30 B + 0,50 C$ Em que: $A = 0,50 A1 + 0,20 A2 + 0,20 A3 + 0,10 A4$ $B = 0,40 B1 + 0,10 B2 + 0,30 B3 + 0,20 B4$ $C = 0,30 C1 + 0,40 C2 + 0,30 C3$
<b>sub-alínea iii), alínea a), do nº 1, do artigo 5º:</b> Serviços Partilhados e Acções de Divulgação	$MO = 0,35 A + 0,30 B + 0,35 C$ Em que: $A = 0,30 A1 + 0,15 A2 + 0,15 A3 + 0,40 A4$ $B = 0,15 B1 + 0,15 B2 + 0,40 B3 + 0,30 B4$ $C = 0,15 C1 + 0,50 C2 + 0,35 C3$
<b>alínea b), do nº 1, do artigo 5º:</b> Intervenções na rede logística de 2º nível	$MO = 0,20 A + 0,30 B + 0,50 C$ Em que: $A = 0,50 A1 + 0,20 A2 + 0,20 A3 + 0,10 A4$ $B = 0,40 B1 + 0,10 B2 + 0,30 B3 + 0,20 B4$ $C = 0,30 C1 + 0,40 C2 + 0,30 C3$

A pontuação final do mérito da operação é estabelecida com duas casas decimais, sendo consideradas para efeito de selecção as operações de mérito elevado que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 3,00; não serão consideradas elegíveis as operações enquadradas na tipologia prevista na *Sub-alínea iii), alínea a), do nº 1, do artigo 5º* que não obtenham uma pontuação superior a 1 em qualquer um dos 3 critérios de 1º nível. Para



efeitos de aprovação, em caso de igualdade da pontuação final, as operações são assim ordenadas:

– *Sub-alínea i), alínea a), do nº 1, do artigo 5º e Alínea b), do nº 1, do artigo 5º*: pela maior pontuação obtida no critério B indicado na fórmula, e, em caso de novo empate, pela maior pontuação obtida no critério C;

– *Sub-alínea iii), alínea a), do nº 1, do artigo 5º*: pela maior pontuação obtida no critério C indicado na fórmula, e, em caso de novo empate, pela maior pontuação obtida no critério A.

### **10.3. Pontuação a atribuir a cada critério de selecção**

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala que varia entre 1 e 5, de acordo com a seguinte escala de classificação:

1 = Muito Reduzido; 2 = Reduzido; 3 = Aceitável; 4 = Significativo; 5 = Muito Significativo

### **11. Entidades responsáveis pela avaliação do mérito e pela decisão de financiamento**

A análise do mérito da operação e a consequente decisão de aprovação de financiamento é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro ou da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais, nas situações referidas na alínea e), do nº 7, do artigo 40.º, do Decreto-Lei nº 312/2007, de 17 de Setembro, actualizado pelo Decreto-Lei nº 74/2008, de 22 de Abril.

### **12. Esclarecimentos complementares**

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro pode requerer ao promotor esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser prestados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados. A solicitação dos esclarecimentos e/ou elementos referidos tem efeitos suspensivos relativamente à contagem de prazo para análise das candidaturas.

### **13. Data limite para a comunicação da decisão de financiamento**

A comunicação aos promotores da decisão relativa ao pedido de financiamento sobre as candidaturas admitidas e aceites é efectuada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis após a submissão da candidatura.

### **14. Projectos geradores de receitas**

No caso dos projectos geradores de receitas, aplicam-se as disposições previstas no artigo 55º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 11 de Julho, com a redacção dada pelo Regulamento (CE) nº 1341/2008, e no artigo 17º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, considerando o seguinte:

a) As despesas elegíveis para os projectos geradores de receitas não devem exceder o valor actualizado do custo do investimento, depois de deduzido o valor actualizado das receitas líquidas do investimento;

b) Para efeitos do disposto na alínea anterior, por “projectos geradores de receitas” entende-se “uma operação que inclui um investimento em infra-estruturas cuja utilização implique o pagamento de taxas directamente a cargo dos utilizadores, ou qualquer operação de venda ou aluguer de terrenos ou edifícios, ou qualquer outra prestação de serviços a título oneroso” (cf. ANEXO I - Definições – subalínea ee) do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão)”.

### **15. Divulgação pública dos resultados**

Os resultados contendo a lista de beneficiários, a designação das operações e os montantes do co-financiamento atribuído, são objecto de divulgação pública nos sítios da Internet [www.maiscentro.qren.pt](http://www.maiscentro.qren.pt).

### **16. Orientações técnicas**

A Autoridade de Gestão do Mais Centro poderá emitir orientações técnicas para especificação de determinadas matérias previstas no presente Anexo ao Aviso.

### **17. Legislação e informação relevante**

- a) Regulamento CE n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho;
- b) Regulamento CE n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro;
- c) Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, que define o modelo de governação do QREN 2007-2013 e dos respectivos Programas Operacionais;
- d) Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão;
- e) Regulamento Específico “Sistema de Apoios a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística”, aprovado por Decisão da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais;
- f) Outras informações relevantes estão disponíveis nos sítios do Programa Operacional do Centro ([www.maiscentro.qren.pt](http://www.maiscentro.qren.pt)) e do QREN ([www.qren.pt](http://www.qren.pt)).

### **18. Obrigações e procedimentos de informação e publicidade**

Os beneficiários de candidaturas aprovadas comprometem-se a respeitar e aplicar as obrigações e os procedimentos em vigor de informação e publicidade sobre a participação (co-financiamento) do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional nas intervenções, resultantes das disposições regulamentares comunitárias (Regulamentos CE nºs 1083/2006 e 1828/2006), bem como das normas e especificações técnicas instituídas pela Autoridade de Gestão competente em vigor à data da sua aprovação.

Coimbra, 18 de Junho de 2010

Eixo Prioritário 2  
Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos

## Mobilidade Territorial

**Aviso nº: Centro-MOU-2010-13**



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu  
de Desenvolvimento Regional



QUADRO  
DE REFERÊNCIA  
ESTRATÉGICO  
NACIONAL  
PERÍODO 2007-2013

mais  
CENTRO

Programa Operacional Regional do Centro

Nos termos do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, é publicado o presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas.

As informações que constam do presente Anexo ao Aviso devem ser conjugadas com o conteúdo das normas comunitárias e nacionais relevantes, das orientações técnicas e do formulário da candidatura, conforme referido nos respectivos pontos deste Anexo ao Aviso, alertando-se para a necessidade de conhecimento do teor integral desses documentos.

O presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas é definido nos seguintes termos:

### **1. Âmbito**

Nos termos do nº 2 do artigo 11º do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, o presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas em contínuo – “Balcão Permanente”, enquadrado pelo Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro (adiante designado por Mais Centro) e as Comunidades Intermunicipais, visa o financiamento de operações através do Regulamento Específico referido, integrado no Eixo Prioritário 2, do Mais Centro. Para além dos meios legais estabelecidos, o presente Anexo ao Aviso é divulgado nos sítios da Internet do QREN ([www.qren.pt](http://www.qren.pt)), do Mais Centro ([www.maiscentro.qren.pt](http://www.maiscentro.qren.pt)) e das Comunidades Intermunicipais.

### **2. Objectivos**

As operações a financiar devem prosseguir os objectivos previstos no artigo 2º, do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”.

### **3. Tipologia de operações a apoiar**

No âmbito do presente Anexo ao Aviso são elegíveis as tipologias de operações previstas no nº 2 do artigo 3º e do nº 1 do ponto I.2 do Anexo I do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”. As operações a financiar devem enquadrar-se nas tipologias previstas no Anexo I do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro e as Comunidades Intermunicipais.

### **4. Entidades beneficiárias**

Considerando as tipologias de entidades beneficiárias previstas no artigo 4º do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”, são elegíveis no âmbito do presente Anexo ao Aviso as seguintes entidades:

- a) Câmaras Municipais.

## **5. Financiamento das operações**

A taxa máxima de co-financiamento FEDER para as operações apoiadas no âmbito do presente Anexo ao Aviso será a prevista no nº 5 do artigo 10º do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, de acordo com as condições aí definidas.

## **6. Duração da execução das operações**

Cada operação a apresentar no âmbito do presente Anexo ao Aviso, deve ter uma duração máxima de 24 (vinte e quatro) meses para a respectiva execução.

## **7. Condições de admissão e aceitação dos beneficiários**

As condições de admissão e aceitação dos beneficiários são as exigidas no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, bem como no artigo 5º, do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”.

## **8. Condições de admissão e aceitação das operações**

As operações a financiar no âmbito do presente Anexo ao Aviso, para além de obedecerem às condições decorrentes do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem respeitar as condições de admissão e aceitação previstas no artigo 6º, do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente.

## **9. Data limite para a comunicação da admissão e aceitação da candidatura**

A comunicação aos promotores da decisão relativa à admissão e aceitação das candidaturas é efectuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após a sua submissão.

## **10. Avaliação do mérito da operação**

### **10.1. Critérios de selecção**

As operações serão objecto de uma avaliação de mérito em função da totalidade dos critérios de selecção definidos no Regulamento Específico, nomeadamente:

- A.** Contribuam para a melhoria das ligações intra-regionais ou supramunicipais, envolvam mais do que um município e se enquadrem nas orientações estratégicas do PROT;
- B.** Contribuam para o reforço da conectividade e os fechos de malha, nomeadamente entre redes nacional, regional e municipal, sempre que assumam carácter supramunicipal, envolvam mais do que um Município e constituam prioridades expressas em PROT;
- C.** Proporcionem melhores condições de acesso aos centros urbanos solucionando situações evidentes de congestionamento e permitindo melhores articulações entre os centros urbanos e os territórios envolventes;

- D. Privilegiem o acesso a portos, áreas de localização empresarial e logística, centros turísticos e outros locais de relevância regional e/ou contribuam para a valorização da paisagem natural;
- E. Contribuam para o reforço da intermodalidade, quer em termos interurbanos como intraurbanos;
- F. Contribuam para reduzir a sinistralidade rodoviária e proporcionem melhorias de segurança ou na qualidade de serviço prestado às populações;
- G. Demonstrem ganhos ambientais, contribuam para a redução da dependência energética do exterior e contribuam para o desenvolvimento de uma mobilidade mais sustentável;
- H. Promovam soluções de mobilidade e transporte de carácter inovador, designadamente em áreas de baixa densidade demográfica;
- I. Contribuam para a qualificação da mobilidade em meio urbano;
- J. Contribuam para a estratégia e objectivos definidos no respectivo PO, designadamente, para os indicadores de realização e resultado aprovados.

## 10.2. Metodologia de cálculo

Aos critérios de selecção será aplicada a seguinte metodologia de cálculo que permitirá avaliar o Mérito da Operação (MO) e proceder à respectiva hierarquização das operações:

<b>TIPOLOGIA DA OPERAÇÃO</b>	<b>MÉRITO DA OPERAÇÃO</b>
<b>Artigo 3º, nº 2, (nº 1 do Anexo I.2: Eixo 2):</b> Variantes a centros urbanos que contribuam para o reordenamento dos diferentes níveis da rede viária	$MO = 0,05 A + 0,05 B + 0,25 C + 0,05 D + 0,05 E + 0,20 F + 0,05 G + 0,05 H + 0,15 I + 0,10 J$
<b>Artigo 3º, nº 2, (nº 1 do Anexo I.2: Eixo 2):</b> Centros coordenadores de transporte e parques de estacionamento	$MO = 0,05 A + 0,05 B + 0,25 C + 0,05 D + 0,05 E + 0,20 F + 0,05 G + 0,05 H + 0,15 I + 0,10 J$
<b>Artigo 3º, nº 2, (nº 1 do Anexo I.2: Eixo 2):</b> Promoção da mobilidade sustentável e de modos alternativos de transporte	$MO = 0,05 A + 0,02 B + 0,03 C + 0,05 D + 0,05 E + 0,20 F + 0,25 G + 0,10 H + 0,15 I + 0,10 J$
<b>Artigo 3º, nº 2, (nº 1 do Anexo I.2: Eixo 2):</b> Promoção da oferta de soluções inovadoras de transporte colectivo e micrológica em meio urbano	$MO = 0,05 A + 0,02 B + 0,03 C + 0,05 D + 0,05 E + 0,10 F + 0,20 G + 0,20 H + 0,20 I + 0,10 J$
<b>Artigo 3º, nº 2, (nº 1 do Anexo I.2: Eixo 2):</b> Intervenções que visem promover a segurança e reduzir a sinistralidade rodoviária intraurbana	$MO = 0,05 A + 0,05 B + 0,05 C + 0,05 D + 0,05 E + 0,50 F + 0,05 G + 0,05 H + 0,05 I + 0,10 J$

A pontuação final do mérito da operação é estabelecida com duas casas decimais, sendo consideradas para efeito de selecção as operações de mérito elevado que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 3,00.

## 10.3. Pontuação a atribuir a cada critério de selecção

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala que varia entre 1 e 5, de acordo com a seguinte escala de classificação:

1 = Muito Reduzido; 2 = Reduzido; 3 = Aceitável; 4 = Significativo; 5 = Muito Significativo

### **11. Entidades responsáveis pela avaliação do mérito e pela decisão de financiamento**

A análise do mérito da operação e a consequente decisão de aprovação de financiamento é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro ou da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais, nas situações referidas na alínea e), do nº 7, do artigo 40.º, do Decreto-Lei nº 312/2007, de 17 de Setembro, actualizado pelo Decreto-Lei nº 74/2008, de 22 de Abril.

### **12. Esclarecimentos complementares**

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro pode requerer ao promotor esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser prestados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados. A solicitação dos esclarecimentos e/ou elementos referidos tem efeitos suspensivos relativamente à contagem de prazo para análise das candidaturas.

### **13. Data limite para a comunicação da decisão de financiamento**

A comunicação aos promotores da decisão relativa ao pedido de financiamento sobre as candidaturas admitidas e aceites é efectuada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis após a submissão da candidatura.

### **14. Projectos geradores de receitas**

No caso dos projectos geradores de receitas, aplicam-se as disposições previstas no artigo 55º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 11 de Julho, com a redacção dada pelo Regulamento (CE) nº 1341/2008, e no artigo 17º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, considerando o seguinte:

- a) As despesas elegíveis para os projectos geradores de receitas não devem exceder o valor actualizado do custo do investimento, depois de deduzido o valor actualizado das receitas líquidas do investimento;
- b) Para efeitos do disposto na alínea anterior, por “projectos geradores de receitas” entende-se “uma operação que inclui um investimento em infra-estruturas cuja utilização implique o pagamento de taxas directamente a cargo dos utilizadores, ou qualquer operação de venda ou aluguer de terrenos ou edifícios, ou qualquer outra prestação de serviços a título oneroso” (cf. ANEXO I - Definições – subalínea ee) do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão”.

### **15. Divulgação pública dos resultados**

Os resultados contendo a lista de beneficiários, a designação das operações e os montantes do co-financiamento atribuído, são objecto de divulgação pública nos sítios da Internet [www.maiscentro.gren.pt](http://www.maiscentro.gren.pt).

## **16. Orientações técnicas**

A Autoridade de Gestão do Mais Centro poderá emitir orientações técnicas para especificação de determinadas matérias previstas no presente Anexo ao Aviso.

## **17. Legislação e informação relevante**

- a) Regulamento CE n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho;
- b) Regulamento CE n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro;
- c) Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, que define o modelo de governação do QREN 2007-2013 e dos respectivos Programas Operacionais;
- d) Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão;
- e) Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”, aprovado por Decisão da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais;
- f) Outras informações relevantes estão disponíveis nos sítios do Programa Operacional do Centro ([www.maiscentro.qren.pt](http://www.maiscentro.qren.pt)) e do QREN ([www.qren.pt](http://www.qren.pt)).

## **18. Obrigações e procedimentos de informação e publicidade**

Os beneficiários de candidaturas aprovadas comprometem-se a respeitar e aplicar as obrigações e os procedimentos em vigor de informação e publicidade sobre a participação (co-financiamento) do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional nas intervenções, resultantes das disposições regulamentares comunitárias (Regulamentos CE n.ºs 1083/2006 e 1828/2006), bem como das normas e especificações técnicas instituídas pela Autoridade de Gestão competente em vigor à data da sua aprovação.

Coimbra, 18 de Junho de 2010



Eixo Prioritário 3  
Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais

## Equipamentos para a Coesão Local

**Aviso nº: Centro-COE-2010-16**



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu  
de Desenvolvimento Regional



QUADRO  
DE REFERÊNCIA  
ESTRATÉGICO  
NACIONAL  
PERÍODO 2007-2013

mais  
CENTRO

Programa Operacional Regional do Centro

Nos termos do Regulamento Específico “Equipamentos para a Coesão Local”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, é publicado o presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas.

As informações que constam do presente Anexo ao Aviso devem ser conjugadas com o conteúdo das normas comunitárias e nacionais relevantes, das orientações técnicas e do formulário da candidatura, conforme referido nos respectivos pontos deste Anexo ao Aviso, alertando-se para a necessidade de conhecimento do teor integral desses documentos.

O presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas é definido nos seguintes termos:

### **1. Âmbito**

Nos termos do nº 2 do artigo 11º do Regulamento Específico “Equipamentos para a Coesão Local”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, o presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas em contínuo – “Balcão Permanente”, enquadrado pelo Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro (adiante designado por Mais Centro) e as Comunidades Intermunicipais, visa o financiamento de operações através do Regulamento Específico referido, integrado no Eixo Prioritário 3, do Mais Centro.

Para além dos meios legais estabelecidos, o presente Anexo ao Aviso é divulgado nos sítios da Internet do QREN ([www.qren.pt](http://www.qren.pt)), do Mais Centro ([www.maiscentro.qren.pt](http://www.maiscentro.qren.pt)) e das Comunidades Intermunicipais.

### **2. Objectivos**

As operações a financiar devem prosseguir os objectivos previstos no artigo 2º do Regulamento Específico “Equipamentos para a Coesão Local”.

### **3. Tipologia de operações a apoiar**

No âmbito do presente Anexo ao Aviso são elegíveis as tipologias de operações previstas no artigo 3º, do Regulamento Específico “Equipamentos para a Coesão Local”. As operações a financiar devem enquadrar-se nas tipologias previstas no Anexo I do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro e as Comunidades Intermunicipais.

### **4. Entidades beneficiárias**

Considerando as tipologias de entidades beneficiárias previstas no artigo 4º, do Regulamento Específico “Equipamentos para a Coesão Local”, são elegíveis no âmbito do presente Anexo ao Aviso as seguintes entidades:

- a) Municípios;

b) Outras entidades públicas ou entidades privadas declaradas de utilidade pública, nomeadamente empresas do Sector Empresarial Local, que tenham como objecto principal a intervenção e o desenvolvimento de actividades no âmbito das tipologias de equipamentos em causa, mediante protocolos ou outras formas de cooperação com os Municípios.

## **5. Financiamento das operações**

A taxa máxima de co-financiamento FEDER para as operações apoiadas no âmbito do presente Anexo ao Aviso será a prevista no nº 5 do artigo 10º do Regulamento Específico “Equipamentos para a Coesão Local”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, de acordo com as condições aí definidas.

## **6. Duração da execução das operações**

Cada operação a apresentar no âmbito do presente Anexo ao Aviso, deve ter uma duração máxima de 24 (vinte e quatro) meses para a respectiva execução.

## **7. Condições de admissão e aceitação dos beneficiários**

As condições de admissão e aceitação dos beneficiários são as exigidas no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, bem como no artigo 5º, do Regulamento Específico “Equipamentos para a Coesão Local”.

## **8. Condições de admissão e aceitação das operações**

As operações a financiar no âmbito do presente Anexo ao Aviso, para além de obedecerem às condições decorrentes do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem respeitar as condições de admissão e aceitação previstas no artigo 6º, do Regulamento Específico “Equipamentos para a Coesão Local”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente.

## **9. Data limite para a comunicação da admissão e aceitação da candidatura**

A comunicação aos promotores da decisão relativa à admissão e aceitação das candidaturas é efectuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após a sua submissão.

## **10. Avaliação do mérito da operação**

### **10.1. Critérios de selecção**

As operações serão objecto de uma avaliação de mérito em função da totalidade dos critérios de selecção definidos no Regulamento Específico, nomeadamente:

- A.** Contributo para o cumprimento dos objectivos e metas previstos no Programa Operacional;
- B.** Inserção em municípios com níveis de cobertura mais reduzidos;

- C. Âmbito supra-concelhio e existência de parcerias que garantam a sustentabilidade do projecto;
- D. Adequação do equipamento à pertinência das necessidades locais (identificadas pelas plataformas supra-concelhias das redes sociais, no caso dos sociais);
- E. Adopção das melhores tecnologias e boas práticas, nomeadamente, em termos de eficiência energética e utilização sustentável dos recursos naturais.

## 10.2. Metodologia de cálculo

Aos critérios de selecção será aplicada a seguinte metodologia de cálculo que permitirá avaliar o Mérito da Operação (MO) por Tipologia de Operação, e proceder à respectiva hierarquização:

<b>TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO</b>	<b>MÉRITO DA OPERAÇÃO</b>
<b>Artigo 3ºa):</b> Equipamentos desportivos	$MO = 0,10 A + 0,30 B + 0,15 C + 0,30 D + 0,15 E$
<b>Artigo 3ºb):</b> Equipamentos sociais	$MO = 0,10 A + 0,20 B + 0,25 C + 0,30 D + 0,15 E$
<b>Artigo 3ºc):</b> Equipamentos públicos específicos	$MO = 0,10 A + 0,30 B + 0,15 C + 0,30 D + 0,15 E$

A pontuação final do mérito da operação é estabelecida com duas casas decimais, sendo consideradas para efeito de selecção as operações de mérito elevado que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 3,00.

## 10.3. Pontuação a atribuir a cada critério de selecção

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala que varia entre 1 e 5, de acordo com a seguinte escala de classificação:

1 = Muito Reduzido; 2 = Reduzido; 3 = Aceitável; 4 = Significativo; 5 = Muito Significativo

## 11. Entidades responsáveis pela avaliação do mérito e pela decisão de financiamento

A análise do mérito da operação e a consequente decisão de aprovação de financiamento é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro ou da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais, nas situações referidas na alínea e), do nº 7, do artigo 40.º, do Decreto-Lei nº 312/2007, de 17 de Setembro, actualizado pelo Decreto-Lei nº 74/2008, de 22 de Abril.

## 12. Esclarecimentos complementares

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro pode requerer ao promotor esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser prestados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados. A solicitação dos esclarecimentos e/ou elementos referidos tem efeitos suspensivos relativamente à contagem de prazo para análise das candidaturas.

### **13. Data limite para a comunicação da decisão de financiamento**

A comunicação aos promotores da decisão relativa ao pedido de financiamento sobre as candidaturas admitidas e aceites é efectuada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis após a submissão da candidatura.

### **14. Projectos geradores de receitas**

No caso dos projectos geradores de receitas, aplicam-se as disposições previstas no artigo 55º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 11 de Julho, com a redacção dada pelo Regulamento (CE) nº 1341/2008, e no artigo 17º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, considerando o seguinte:

- a) As despesas elegíveis para os projectos geradores de receitas não devem exceder o valor actualizado do custo do investimento, depois de deduzido o valor actualizado das receitas líquidas do investimento;
- b) Para efeitos do disposto na alínea anterior, por “projectos geradores de receitas” entende-se “uma operação que inclui um investimento em infra-estruturas cuja utilização implique o pagamento de taxas directamente a cargo dos utilizadores, ou qualquer operação de venda ou aluguer de terrenos ou edifícios, ou qualquer outra prestação de serviços a título oneroso” (cf. ANEXO I - Definições – subalínea ee) do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão”.

### **15. Divulgação pública dos resultados**

Os resultados contendo a lista de beneficiários, a designação das operações e os montantes do co-financiamento atribuído, são objecto de divulgação pública nos sítios da Internet [www.maiscentro.qren.pt](http://www.maiscentro.qren.pt).

### **16. Orientações técnicas**

A Autoridade de Gestão do Mais Centro poderá emitir orientações técnicas para especificação de determinadas matérias previstas no presente Anexo ao Aviso.

### **17. Legislação e informação relevante**

- a) Regulamento CE n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho;
- b) Regulamento CE n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro;
- c) Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, que define o modelo de governação do QREN 2007-2013 e dos respectivos Programas Operacionais;
- d) Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão;
- e) Regulamento Específico “Equipamentos para a Coesão Local”, aprovado por Decisão da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais;
- f) Outras informações relevantes estão disponíveis nos sítios do Programa Operacional do Centro ([www.maiscentro.qren.pt](http://www.maiscentro.qren.pt)) e do QREN ([www.qren.pt](http://www.qren.pt)).

## **18. Obrigações e procedimentos de informação e publicidade**

Os beneficiários de candidaturas aprovadas comprometem-se a respeitar e aplicar as obrigações e os procedimentos em vigor de informação e publicidade sobre a participação (co-financiamento) do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional nas intervenções, resultantes das disposições regulamentares comunitárias (Regulamentos CE n.ºs 1083/2006 e 1828/2006), bem como das normas e especificações técnicas instituídas pela Autoridade de Gestão competente em vigor à data da sua aprovação.

Coimbra, 18 de Junho de 2010

Eixo Prioritário 3

Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais

## Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar

**Aviso nº: Centro-EDU-2010-12**



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu  
de Desenvolvimento Regional



QUADRO  
DE REFERÊNCIA  
ESTRATÉGICO  
NACIONAL  
PERÍODO 2007-2013

mais  
CENTRO

Programa Operacional Regional do Centro

Nos termos do Regulamento Específico “Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, é publicado o presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas.

As informações que constam do presente Anexo ao Aviso devem ser conjugadas com o conteúdo das normas comunitárias e nacionais relevantes, das orientações técnicas e do formulário da candidatura, conforme referido nos respectivos pontos deste Anexo ao Aviso, alertando-se para a necessidade de conhecimento do teor integral desses documentos.

O presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas é definido nos seguintes termos:

### **1. Âmbito**

Nos termos do nº 2 do artigo 11º do Regulamento Específico “Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, o presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas em contínuo – “Balcão Permanente”, enquadrado pelo Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro (adiante designado por Mais Centro) e as Comunidades Intermunicipais, visa o financiamento de operações através do Regulamento Específico referido, integrado no Eixo Prioritário 3, do Mais Centro. Para além dos meios legais estabelecidos, o presente Anexo ao Aviso é divulgado nos sítios da Internet do QREN ([www.qren.pt](http://www.qren.pt)), do Mais Centro ([www.maiscentro.qren.pt](http://www.maiscentro.qren.pt)) e das Comunidades Intermunicipais.

### **2. Objectivos**

As operações a financiar devem prosseguir os objectivos previstos no nº 2 do artigo 1º, do Regulamento Específico “Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar”.

### **3. Tipologia de operações a apoiar**

No âmbito do presente Anexo ao Aviso são elegíveis as tipologias de operações previstas no artigo 2º, do Regulamento Específico “Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar”. As operações a financiar devem enquadrar-se nas tipologias previstas no Anexo I do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro e as Comunidades Intermunicipais.

### **4. Entidades beneficiárias**

Considerando as tipologias de entidades beneficiárias previstas no artigo 3º, do Regulamento Específico “Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar”, são elegíveis no âmbito do presente Anexo ao Aviso as seguintes entidades:



a) Municípios.

## **5. Financiamento das operações**

A taxa máxima de co-financiamento FEDER para as operações apoiadas no âmbito do presente Anexo ao Aviso será a prevista no nº 11 do artigo 9º do Regulamento Específico “Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, de acordo com as condições aí definidas.

## **6. Duração da execução das operações**

Cada operação a apresentar no âmbito do presente Anexo ao Aviso, deve ter uma duração máxima de 24 (vinte e quatro) meses para a respectiva execução.

## **7. Condições de admissão e aceitação dos beneficiários**

As condições de admissão e aceitação dos beneficiários são as exigidas no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, bem como no artigo 4º, do Regulamento Específico “Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar”.

## **8. Condições de admissão e aceitação das operações**

As operações a financiar no âmbito do presente Anexo ao Aviso, para além de obedecerem às condições decorrentes do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem respeitar as condições de admissão e aceitação previstas no artigo 5º, do Regulamento Específico “Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente.

## **9. Data limite para a comunicação da admissão e aceitação da candidatura**

A comunicação aos promotores da decisão relativa à admissão e aceitação das candidaturas é efectuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após a sua submissão.

## **10. Avaliação do mérito da operação**

### **10.1. Critérios de selecção**

As operações serão objecto de uma avaliação de mérito em função da totalidade dos critérios de selecção definidos no Regulamento Específico, nomeadamente:

As operações admitidas serão objecto de uma avaliação de mérito em função da totalidade dos critérios de selecção definidos no Regulamento Específico, nomeadamente:

- A.** Projectos que promovam o aumento do número de alunos por escola, tendo em conta as necessidades identificadas na respectiva Carta Educativa Municipal;
- B.** Grau de maturidade do procedimento concursal/ obral;

- C. Projectos de construção/ampliação/requalificação que integrem o desenvolvimento de investimentos que contribuam para a eficiência energética dos estabelecimentos.

## **10.2. Metodologia de cálculo**

Aos critérios de selecção será aplicada a seguinte metodologia de cálculo que permitirá avaliar o Mérito da Operação (MO) e proceder à respectiva hierarquização das operações:

$$\text{MO} = 0,50 \text{ A} + 0,35 \text{ B} + 0,15 \text{ C}$$

Em que:

$$\text{A} = 0,40 \text{ A1} + 0,30 \text{ A2} + 0,30 \text{ A3}$$

Sendo:

- A1. Nº alunos previstos / população do concelho em idade escolar;
- A2. Relação directa com processo de encerramento de escolas de reduzida dimensão;
- A3. Eliminação de regimes duplos no próprio estabelecimento ou em estabelecimentos vizinhos.

A pontuação final do mérito da operação é estabelecida com duas casas decimais, sendo consideradas as operações de mérito superior que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 3,00. Para efeitos de aprovação, em caso igualdade da pontuação final, as operações são ordenadas pela maior pontuação obtida no critério B indicado na fórmula anterior.

## **10.3. Pontuação a atribuir a cada critério de selecção**

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala que varia entre 1 e 5, de acordo com a seguinte escala de classificação:

1 = Muito Reduzido; 2 = Reduzido; 3 = Aceitável; 4 = Significativo; 5 = Muito Significativo

## **11. Entidades responsáveis pela avaliação do mérito e pela decisão de financiamento**

A análise do mérito da operação e a consequente decisão de aprovação de financiamento é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro ou da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais, nas situações referidas na alínea e), do nº 7, do artigo 40.º, do Decreto-Lei nº 312/2007, de 17 de Setembro, actualizado pelo Decreto-Lei nº 74/2008, de 22 de Abril.

## **12. Esclarecimentos complementares**

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro pode requerer ao promotor esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser prestados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados. A solicitação dos esclarecimentos e/ou elementos referidos tem efeitos suspensivos relativamente à contagem de prazo para análise das candidaturas.

### **13. Data limite para a comunicação da decisão de financiamento**

A comunicação aos promotores da decisão relativa ao pedido de financiamento sobre as candidaturas admitidas e aceites é efectuada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis após a submissão da candidatura.

### **14. Projectos geradores de receitas**

No caso dos projectos geradores de receitas, aplicam-se as disposições previstas no artigo 55º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 11 de Julho, com a redacção dada pelo Regulamento (CE) nº 1341/2008, e no artigo 17º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, considerando o seguinte:

- a) As despesas elegíveis para os projectos geradores de receitas não devem exceder o valor actualizado do custo do investimento, depois de deduzido o valor actualizado das receitas líquidas do investimento;
- b) Para efeitos do disposto na alínea anterior, por “projectos geradores de receitas” entende-se “uma operação que inclui um investimento em infra-estruturas cuja utilização implique o pagamento de taxas directamente a cargo dos utilizadores, ou qualquer operação de venda ou aluguer de terrenos ou edifícios, ou qualquer outra prestação de serviços a título oneroso” (cf. ANEXO I - Definições – subalínea ee) do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão”.

### **15. Divulgação pública dos resultados**

Os resultados contendo a lista de beneficiários, a designação das operações e os montantes do co-financiamento atribuído, são objecto de divulgação pública nos sítios da Internet [www.maiscentro.qren.pt](http://www.maiscentro.qren.pt).

### **16. Orientações técnicas**

A Autoridade de Gestão do Mais Centro poderá emitir orientações técnicas para especificação de determinadas matérias previstas no presente Anexo ao Aviso.

### **17. Legislação e informação relevante**

- a) Regulamento CE n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho;
- b) Regulamento CE n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro;
- c) Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, que define o modelo de governação do QREN 2007-2013 e dos respectivos Programas Operacionais;
- d) Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão;
- e) Regulamento Específico “Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar”, aprovado por Decisão da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais;

f) Outras informações relevantes estão disponíveis nos sítios do Programa Operacional do Centro ([www.maiscentro.qren.pt](http://www.maiscentro.qren.pt)) e do QREN ([www.qren.pt](http://www.qren.pt)).

### **18. Obrigações e procedimentos de informação e publicidade**

Os beneficiários de candidaturas aprovadas comprometem-se a respeitar e aplicar as obrigações e os procedimentos em vigor de informação e publicidade sobre a participação (co-financiamento) do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional nas intervenções, resultantes das disposições regulamentares comunitárias (Regulamentos CE n.ºs 1083/2006 e 1828/2006), bem como das normas e especificações técnicas instituídas pela Autoridade de Gestão competente em vigor à data da sua aprovação.

Coimbra, 18 de Junho de 2010

Eixo Prioritário 3  
Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais

## Mobilidade Territorial

**Aviso nº: Centro-MOT-2010-23**



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu  
de Desenvolvimento Regional



QUADRO  
DE REFERÊNCIA  
ESTRATÉGICO  
NACIONAL  
PERÍODO 2007-2013

mais  
CENTRO

Programa Operacional Regional do Centro

Nos termos do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, é publicado o presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas.

As informações que constam do presente Anexo ao Aviso devem ser conjugadas com o conteúdo das normas comunitárias e nacionais relevantes, das orientações técnicas e do formulário da candidatura, conforme referido nos respectivos pontos deste Anexo ao Aviso, alertando-se para a necessidade de conhecimento do teor integral desses documentos.

O presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas é definido nos seguintes termos:

### **1. Âmbito**

Nos termos do nº 2 do artigo 11º do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, o presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas em contínuo – “Balcão Permanente”, enquadrado pelo Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro (adiante designado por Mais Centro) e as Comunidades Intermunicipais, visa o financiamento de operações através do Regulamento Específico referido, integrado no Eixo Prioritário 3, do Mais Centro.

Para além dos meios legais estabelecidos, o presente Anexo ao Aviso é divulgado nos sítios da Internet do QREN ([www.qren.pt](http://www.qren.pt)), do Mais Centro ([www.maiscentro.qren.pt](http://www.maiscentro.qren.pt)) e das Comunidades Intermunicipais.

### **2. Objectivo**

As operações a financiar devem prosseguir os objectivos previstos no artigo 2º do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”.

### **3. Tipologia de operações a apoiar**

No âmbito do presente Anexo ao Aviso são elegíveis as tipologias de operações previstas no nº 2 do artigo 3º e o nº 2 do ponto I.2 do Anexo I do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”. As operações a financiar devem enquadrar-se nas tipologias previstas no Anexo I do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro e as Comunidades Intermunicipais.

### **4. Entidades beneficiárias**

Considerando as tipologias de entidades beneficiárias previstas no nº1 do artigo 4º do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”, são elegíveis no âmbito do presente Anexo ao Aviso as seguintes entidades:

- a) Câmaras Municipais.

## **5. Financiamento das operações**

A taxa máxima de co-financiamento FEDER para as operações apoiadas no âmbito do presente Anexo ao Aviso será a prevista no nº 5 do artigo 10º do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, de acordo com as condições aí definidas.

## **6. Duração da execução das operações**

Cada operação a apresentar no âmbito do presente Anexo ao Aviso, deve ter uma duração máxima de 24 (vinte e quatro) meses para a respectiva execução.

## **7. Condições de admissão e aceitação dos beneficiários**

As condições de admissão e aceitação dos beneficiários são as exigidas no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, bem como no artigo 5º, do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”.

## **8. Condições de admissão e aceitação das operações**

As operações a financiar no âmbito do presente Anexo ao Aviso, para além de obedecerem às condições decorrentes do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem respeitar as condições de admissão e aceitação previstas no artigo 6º, do Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente.

## **9. Data limite para a comunicação da admissão e aceitação da candidatura**

A comunicação aos promotores da decisão relativa à admissão e aceitação das candidaturas é efectuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após a sua submissão.

## **10. Avaliação do mérito da operação**

### **10.1. Critérios de selecção**

As operações serão objecto de uma avaliação de mérito em função da totalidade dos critérios de selecção definidos no Regulamento Específico, nomeadamente:

- A.** Contribuam para a melhoria das ligações intra-regionais ou supramunicipais, envolvam mais do que um município e se enquadrem nas orientações estratégicas do PROT;
- B.** Contribuam para o reforço da conectividade e os fechos de malha, nomeadamente entre redes nacional, regional e municipal, sempre que assumam carácter supramunicipal, envolvam mais do que um Município e constituam prioridades expressas em PROT;
- C.** Proporcionem melhores condições de acesso aos centros urbanos solucionando situações evidentes de congestionamento e permitindo melhores articulações entre os centros urbanos e os territórios envolventes;

- D. Privilegiem o acesso a portos, áreas de localização empresarial e logística, centros turísticos e outros locais de relevância regional e/ou contribuam para a valorização da paisagem natural;
- E. Contribuam para o reforço da intermodalidade, quer em termos interurbanos como intraurbanos;
- F. Contribuam para reduzir a sinistralidade rodoviária e proporcionem melhorias de segurança ou na qualidade de serviço prestado às populações;
- G. Demonstrem ganhos ambientais, contribuam para a redução da dependência energética do exterior e contribuam para o desenvolvimento de uma mobilidade mais sustentável;
- H. Promovam soluções de mobilidade e transporte de carácter inovador, designadamente em áreas de baixa densidade demográfica;
- I. Contribuam para a qualificação da mobilidade em meio urbano;
- J. Contribuam para a estratégia e objectivos definidos no respectivo PO, designadamente, para os indicadores de realização e resultado aprovados.

## 10.2. Metodologia de cálculo

Aos critérios de selecção será aplicada a seguinte metodologia de cálculo que permitirá avaliar o Mérito da Operação (MO) e proceder à respectiva hierarquização das operações:

<b>TIPOLOGIA DA OPERAÇÃO</b>	<b>MÉRITO DA OPERAÇÃO</b>
<b>Artigo 3º, nº 2, (nº 2, do Anexo I.2: Eixo 3):</b> Construção/beneficiação de troços da rede municipal e dos eixos supramunicipais que contribuam para organizar uma rede local de itinerários estruturantes, assim como a instalação de sinalização indicativa e de código, a definir para conjuntos de municípios	$MO = 0,13 A + 0,10 B + 0,25 C + 0,02 D + 0,03 E + 0,25 F + 0,05 G + 0,05 H + 0,02 I + 0,10 J$
<b>Artigo 3º, nº 2, (nº 2, do Anexo I.2: Eixo 3):</b> Promoção da mobilidade sustentável, de modos alternativos de transporte e de soluções inovadoras de transporte colectivo	$MO = 0,05 A + 0,02 B + 0,03 C + 0,08 D + 0,02 E + 0,25 F + 0,25 G + 0,18 H + 0,02 I + 0,10 J$
<b>Artigo 3º, nº 2, (nº 2, do Anexo I.2: Eixo 3):</b> Intervenções que visem promover a segurança e reduzir a sinistralidade rodoviária	$MO = 0,05 A + 0,05 B + 0,05 C + 0,05 D + 0,05 E + 0,50 F + 0,05 G + 0,05 H + 0,05 I + 0,10 J$
<b>Artigo 3º, nº 2, (nº 2, do Anexo I.2: Eixo 3):</b> Planos e estudos intermunicipais estratégicos de transporte	$MO = 0,40 A + 0,40 B + 0,05 C + 0,05 D + 0,05 E + 0,50 F$

A pontuação final do mérito da operação é estabelecida com duas casas decimais, sendo consideradas para efeito de selecção as operações de mérito elevado que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 3,00.

## 10.3. Pontuação a atribuir a cada critério de selecção

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala que varia entre 1 e 5, de acordo com a seguinte escala de classificação:

1 = Muito Reduzido; 2 = Reduzido; 3 = Aceitável; 4 = Significativo; 5 = Muito Significativo



## **11. Entidades responsáveis pela avaliação do mérito e pela decisão de financiamento**

A análise do mérito da operação e a consequente decisão de aprovação de financiamento é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro ou da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais, nas situações referidas na alínea e), do nº 7, do artigo 40.º, do Decreto-Lei nº 312/2007, de 17 de Setembro, actualizado pelo Decreto-Lei nº 74/2008, de 22 de Abril.

## **12. Esclarecimentos complementares**

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro pode requerer ao promotor esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser prestados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados. A solicitação dos esclarecimentos e/ou elementos referidos tem efeitos suspensivos relativamente à contagem de prazo para análise das candidaturas.

## **13. Data limite para a comunicação da decisão de financiamento**

A comunicação aos promotores da decisão relativa ao pedido de financiamento sobre as candidaturas admitidas e aceites é efectuada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis após a submissão da candidatura.

## **14. Projectos geradores de receitas**

No caso dos projectos geradores de receitas, aplicam-se as disposições previstas no artigo 55º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 11 de Julho, com a redacção dada pelo Regulamento (CE) nº 1341/2008, e no artigo 17º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, considerando o seguinte:

- a) As despesas elegíveis para os projectos geradores de receitas não devem exceder o valor actualizado do custo do investimento, depois de deduzido o valor actualizado das receitas líquidas do investimento;
- b) Para efeitos do disposto na alínea anterior, por “projectos geradores de receitas” entende-se “uma operação que inclui um investimento em infra-estruturas cuja utilização implique o pagamento de taxas directamente a cargo dos utilizadores, ou qualquer operação de venda ou aluguer de terrenos ou edifícios, ou qualquer outra prestação de serviços a título oneroso” (cf. ANEXO I - Definições – subalínea ee) do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão)”.

## **15. Divulgação pública dos resultados**

Os resultados contendo a lista de beneficiários, a designação das operações e os montantes do co-financiamento atribuído, são objecto de divulgação pública nos sítios da Internet [www.maiscentro.qren.pt](http://www.maiscentro.qren.pt).

## **16. Orientações técnicas**

A Autoridade de Gestão do Mais Centro poderá emitir orientações técnicas para especificação de determinadas matérias previstas no presente Anexo ao Aviso.

### **17. Legislação e informação relevante**

- a) Regulamento CE n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho;
- b) Regulamento CE n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro;
- c) Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, que define o modelo de governação do QREN 2007-2013 e dos respectivos Programas Operacionais;
- d) Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão;
- e) Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”, aprovado por Decisão da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais;
- f) Outras informações relevantes estão disponíveis nos sítios do Programa Operacional do Centro ([www.maiscentro.qren.pt](http://www.maiscentro.qren.pt)) e do QREN ([www.qren.pt](http://www.qren.pt)).

### **18. Obrigações e procedimentos de informação e publicidade**

Os beneficiários de candidaturas aprovadas comprometem-se a respeitar e aplicar as obrigações e os procedimentos em vigor de informação e publicidade sobre a participação (co-financiamento) do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional nas intervenções, resultantes das disposições regulamentares comunitárias (Regulamentos CE n.ºs 1083/2006 e 1828/2006), bem como das normas e especificações técnicas instituídas pela Autoridade de Gestão competente em vigor à data da sua aprovação.

Coimbra, 18 de Junho de 2010

Eixo Prioritário 4  
Protecção e Valorização Ambiental

## Ciclo Urbano da Água – “vertente em baixa – modelo não verticalizado”

**Aviso nº: Centro-AGB-2010-08**



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu  
de Desenvolvimento Regional



QUADRO  
DE REFERÊNCIA  
ESTRATÉGICO  
NACIONAL  
PERÍODO 2007-2013

mais  
CENTRO

Programa Operacional Regional do Centro

Nos termos do Regulamento Específico “Ciclo Urbano da Água – vertente em baixa – modelo não verticalizado”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, é publicado o presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas.

As informações que constam do presente Anexo ao Aviso devem ser conjugadas com o conteúdo das normas comunitárias e nacionais relevantes, das orientações técnicas e do formulário da candidatura, conforme referido nos respectivos pontos deste Anexo ao Aviso, alertando-se para a necessidade de conhecimento do teor integral desses documentos.

O presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas é definido nos seguintes termos:

### **1. Âmbito**

Nos termos do nº 3 do artigo 12º do Regulamento Específico “Ciclo Urbano da Água – vertente em baixa – modelo não verticalizado”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, o presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas em contínuo – “Balcão Permanente”, enquadrado pelo Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro (adiante designado por Mais Centro) e as Comunidades Intermunicipais, visa o financiamento de operações através do Regulamento Específico referido, integrado no Eixo Prioritário 4, do Mais Centro. Para além dos meios legais estabelecidos, o presente Anexo ao Aviso é divulgado nos sítios da Internet do QREN ([www.qren.pt](http://www.qren.pt)), do Mais Centro ([www.maiscentro.qren.pt](http://www.maiscentro.qren.pt)) e das Comunidades Intermunicipais.

### **2. Objectivos**

As operações a financiar devem prosseguir os objectivos previstos no artigo 2º, do Regulamento Específico “Ciclo Urbano da Água – vertente em baixa – modelo não verticalizado”.

### **3. Tipologia de operações a apoiar**

No âmbito do presente Anexo ao Aviso são elegíveis as tipologias de operações previstas no artigo 8º, do Regulamento Específico “Ciclo Urbano da Água – vertente em baixa – modelo não verticalizado”. As operações a financiar devem enquadrar-se nas tipologias previstas no Anexo I do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro e as Comunidades Intermunicipais.

### **4. Entidades beneficiárias**

Considerando as tipologias de entidades beneficiárias previstas no artigo 7º do Regulamento Específico “Ciclo Urbano da Água – vertente em baixa – modelo não verticalizado”, são elegíveis no âmbito do presente Anexo ao Aviso as seguintes entidades:

- a) Municípios;

b) Outras entidades públicas ou entidades privadas declaradas de utilidade pública, nomeadamente empresas do Sector Empresarial Local, que tenham como objecto principal a intervenção e o desenvolvimento de actividades no âmbito das tipologias de equipamentos em causa, mediante protocolos ou outras formas de cooperação com os Municípios.

## **5. Financiamento das operações**

A taxa máxima de co-financiamento FEDER para as operações apoiadas no âmbito do presente Anexo ao Aviso será a prevista no nº 5 do artigo 11º do Regulamento Específico “Ciclo Urbano da Água – vertente em baixa – modelo não verticalizado”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, de acordo com as condições aí definidas.

## **6. Duração da execução das operações**

Cada operação a apresentar no âmbito do presente Anexo ao Aviso, deve ter uma duração máxima de 24 (vinte e quatro) meses para a respectiva execução.

## **7. Condições de admissão e aceitação dos beneficiários**

As condições de admissão e aceitação dos beneficiários são as exigidas no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, bem como no artigo 7º, do Regulamento Específico “Ciclo Urbano da Água – vertente em baixa – modelo não verticalizado”.

## **8. Condições de admissão e aceitação das operações**

As operações a financiar no âmbito do presente Anexo ao Aviso, para além de obedecerem às condições decorrentes do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem respeitar as condições de admissão e aceitação previstas no artigo 5º e 6º, do Regulamento Específico “Ciclo Urbano da Água – vertente em baixa – modelo não verticalizado”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente.

## **9. Data limite para a comunicação da admissão e aceitação da candidatura**

A comunicação aos promotores da decisão relativa à admissão e aceitação das candidaturas é efectuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após a sua submissão.

## **10. Avaliação do mérito da operação**

### **10.1. Critérios de selecção**

As operações serão objecto de uma avaliação de mérito em função da totalidade dos critérios de selecção definidos no Regulamento Específico, nomeadamente:

### De enquadramento sectorial:

- A. Contributo para o cumprimento da Directiva Águas Residuais Urbanas (Directiva 91/271/CEE, do Conselho de 21 de Maio);
- B. Contributo para o cumprimento da Directiva da Qualidade da Água destinada ao consumo humano (Directiva n.º 98/83/CE do Conselho de 3 de Novembro);
- C. Contributo para o cumprimento do PNUEA (Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água), nomeadamente através do:
  - i) contributo para o uso eficiente da água, pela optimização da gestão das disponibilidades e reservas e/ou pela optimização da sua utilização,
  - ii) contributo para o uso eficiente da água, pela sensibilização e/ou informação,
  - iii) contributo para a reutilização da água residual tratada e/ou eco-eficiência energética.

### De enquadramento territorial:

- D. Contributo para os objectivos previstos no PO Regional do Centro, respectivos indicadores de realização e de resultado e categorização de despesas earmarking ou para os objectivos estratégicos e operacionais do PEAASAR (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento Águas Residuais);
- E. Enquadramento em municípios onde se verificam baixos níveis de atendimento em abastecimento público de água ou em saneamento de águas residuais;
- F. Enquadramento em zonas de intervenção prioritária tendo em vista a eliminação de focos poluidores junto a captações para o abastecimento público ou a zonas balneares;
- G. Contributo para a articulação com outros projectos relevantes na área territorial onde a intervenção se enquadra, nomeadamente através da articulação com a vertente em “alta” que serve o sistema garantindo-se, desse modo, a viabilização de investimentos já realizados e/ou a complementaridade com acções a co-financiar por outros instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários.

## 10.2. Metodologia de cálculo

Aos critérios de selecção será aplicada a seguinte metodologia de cálculo que permitirá avaliar o Mérito da Operação (MO) e proceder à respectiva hierarquização das operações:

<b>TIPOLOGIA DA OPERAÇÃO</b>	<b>MÉRITO DA OPERAÇÃO</b>
<b>Artigo 8º. 1. b)</b> Investimento corpóreo de redes de abastecimento de água em “vertente em baixa – modelo não verticalizado”	$MO = 0,25 B + 0,10 C + 0,10 D + 0,25 E + 0,10 F + 0,20 G,$ $C = 0,50 i) + 0,50 ii)$
<b>Artigo 8º. 1. c)</b> Investimento corpóreo de redes de drenagem de águas residuais em “vertente em baixa – modelo não verticalizado”	$MO = 0,25 A + 0,10 C + 0,10 D + 0,25 E + 0,10 F + 0,20 G,$ $C = 0,50 i) + 0,50 iii)$

**Artigo 8º. 1. b) e c)** Investimento corpóreo de redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais em “vertente em baixa – modelo não verticalizado”

$$MO = 0,125A + 0,125B + 0,10C + 0,10D + 0,25E + 0,10F + 0,20G, \\ C = 0,50 \text{ i) } + 0,25 \text{ ii) } + 0,25 \text{ iii) }$$

A pontuação final do mérito da operação é estabelecida com duas casas decimais, sendo consideradas para efeito de selecção as operações de mérito elevado que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 3,00.

### **10.3. Pontuação a atribuir a cada critério de selecção**

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala que varia entre 1 e 5, de acordo com a seguinte escala de classificação:

1 = Muito Reduzido; 2 = Reduzido; 3 = Aceitável; 4 = Significativo; 5 = Muito Significativo

### **11. Entidades responsáveis pela avaliação do mérito e pela decisão de financiamento**

A análise do mérito da operação e a consequente decisão de aprovação de financiamento é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro ou da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais, nas situações referidas na alínea e), do nº 7, do artigo 40.º, do Decreto-Lei nº 312/2007, de 17 de Setembro, actualizado pelo Decreto-Lei nº 74/2008, de 22 de Abril.

### **12. Esclarecimentos complementares**

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro pode requerer ao promotor esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser prestados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados. A solicitação dos esclarecimentos e/ou elementos referidos tem efeitos suspensivos relativamente à contagem de prazo para análise das candidaturas.

### **13. Data limite para a comunicação da decisão de financiamento**

A comunicação aos promotores da decisão relativa ao pedido de financiamento sobre as candidaturas admitidas e aceites é efectuada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis após a submissão da candidatura.

### **14. Projectos geradores de receitas**

No caso dos projectos geradores de receitas, aplicam-se as disposições previstas no artigo 55º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 11 de Julho, com a redacção dada pelo Regulamento (CE) nº 1341/2008, e no artigo 17º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, considerando o seguinte:

a) As despesas elegíveis para os projectos geradores de receitas não devem exceder o valor actualizado do custo do investimento, depois de deduzido o valor actualizado das receitas líquidas do investimento;

b) Para efeitos do disposto na alínea anterior, por “projectos geradores de receitas” entende-se “uma operação que inclui um investimento em infra-estruturas cuja utilização implique o pagamento de taxas directamente a cargo dos utilizadores, ou qualquer operação de venda ou aluguer de terrenos ou edifícios, ou qualquer outra prestação de serviços a título oneroso” (cf. ANEXO I - Definições – subalínea ee) do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão)”.

#### **15. Divulgação pública dos resultados**

Os resultados contendo a lista de beneficiários, a designação das operações e os montantes do co-financiamento atribuído, são objecto de divulgação pública nos sítios da Internet [www.maiscentro.qren.pt](http://www.maiscentro.qren.pt).

#### **16. Orientações técnicas**

A Autoridade de Gestão do Mais Centro poderá emitir orientações técnicas para especificação de determinadas matérias previstas no presente Anexo ao Aviso.

#### **17. Legislação e informação relevante**

- a) Regulamento CE n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho;
- b) Regulamento CE n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro;
- c) Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, que define o modelo de governação do QREN 2007-2013 e dos respectivos Programas Operacionais;
- d) Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão;
- e) Regulamento Específico “Ciclo Urbano da Água – vertente em baixa – modelo não verticalizado”, aprovado por Decisão da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais;
- f) Outras informações relevantes estão disponíveis nos sítios do Programa Operacional do Centro ([www.maiscentro.qren.pt](http://www.maiscentro.qren.pt)) e do QREN ([www.qren.pt](http://www.qren.pt)).

#### **18. Obrigações e procedimentos de informação e publicidade**

Os beneficiários de candidaturas aprovadas comprometem-se a respeitar e aplicar as obrigações e os procedimentos em vigor de informação e publicidade sobre a participação (co-financiamento) do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional nas intervenções, resultantes das disposições regulamentares comunitárias (Regulamentos CE nºs 1083/2006 e 1828/2006), bem como das normas e especificações técnicas instituídas pela Autoridade de Gestão competente em vigor à data da sua aprovação.

Coimbra, 18 de Junho de 2010



Eixo Prioritário 4  
Protecção e Valorização Ambiental

## Regulamento Específico Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados

**Aviso nº: Centro- GAE -2010-07**



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu  
de Desenvolvimento Regional



QUADRO  
DE REFERÊNCIA  
ESTRATÉGICO  
NACIONAL  
PERÍODO 2007-2013

mais  
CENTRO

Programa Operacional Regional do Centro

Nos termos do Regulamento Específico “Regulamento Específico Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, é publicado o presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas.

As informações que constam do presente Anexo ao Aviso devem ser conjugadas com o conteúdo das normas comunitárias e nacionais relevantes, das orientações técnicas e do formulário da candidatura, conforme referido nos respectivos pontos deste Anexo ao Aviso, alertando-se para a necessidade de conhecimento do teor integral desses documentos.

O presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas é definido nos seguintes termos:

### **1. Âmbito**

Nos termos do nº 3 do artigo 10º do Regulamento Específico “Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, o presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas em contínuo – “Balcão Permanente”, enquadrado pelo Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro (adiante designado por Mais Centro) e as Comunidades Intermunicipais, visa o financiamento de operações através do Regulamento Específico referido, integrado no Eixo Prioritário 4, do Mais Centro. Para além dos meios legais estabelecidos, o presente Anexo ao Aviso é divulgado nos sítios da Internet do QREN ([www.qren.pt](http://www.qren.pt)), do Mais Centro ([www.maiscentro.qren.pt](http://www.maiscentro.qren.pt)) e das Comunidades Intermunicipais.

### **2. Objectivos**

As operações a financiar devem prosseguir os objectivos previstos no n.º 2 do artigo 1º, do Regulamento Específico “Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados”.

### **3. Tipologia de operações a apoiar**

No âmbito do presente Anexo ao Aviso são elegíveis as tipologias de operações previstas no artigo 3º, do Regulamento Específico “Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados”. As operações a financiar devem enquadrar-se nas tipologias previstas no Anexo I do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro e as Comunidades Intermunicipais.

### **4. Entidades beneficiárias**

Considerando as tipologias de entidades beneficiárias previstas no artigo 4º, do Regulamento Específico “Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados”, são elegíveis no âmbito do presente Anexo ao Aviso as seguintes entidades:

- a) Municípios e suas associações.

### **5. Financiamento das operações**

A taxa máxima de co-financiamento FEDER para as operações apoiadas no âmbito do presente Anexo ao Aviso será a prevista no nº 3 do artigo 10º do Regulamento Específico “Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, de acordo com as condições aí definidas.

## **6. Duração da execução das operações**

Cada operação a apresentar no âmbito do presente Anexo ao Aviso, deve ter uma duração máxima de 24 (vinte e quatro) meses para a respectiva execução.

## **7. Condições de admissão e aceitação dos beneficiários**

As condições de admissão e aceitação dos beneficiários são as exigidas no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, bem como no artigo 5º, do Regulamento Específico “Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados”.

## **8. Condições de admissão e aceitação das operações**

As operações a financiar no âmbito do presente Anexo ao Aviso, para além de obedecerem às condições decorrentes do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem respeitar as condições de admissão e aceitação previstas no artigo 6º, do Regulamento Específico “Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente.

## **9. Data limite para a comunicação da admissão e aceitação da candidatura**

A comunicação aos promotores da decisão relativa à admissão e aceitação das candidaturas é efectuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após a sua submissão.

## **10. Avaliação do mérito da operação**

### **10.1. Critérios de selecção**

As operações serão objecto de uma avaliação de mérito em função da totalidade dos critérios de selecção definidos no Regulamento Específico, nomeadamente:

- A. Contribuição para os objectivos do PO, respectivos indicadores e categorização de despesas earmarking;
- B. Contribuição para a promoção da conservação dos valores naturais em áreas classificadas ou em territórios que interferem directamente com a integridade daquelas áreas e com o estado de conservação dos valores naturais delas dependentes;
- C. Conservação ou recuperação de espécies e habitats prioritários e/ou com estatuto de conservação desfavorável no contexto nacional;
- D. Incidência em áreas classificadas, num contexto transfronteiriço, com destaque para aquelas com bacias hidrográficas partilhadas;
- E. Acções com carácter de integração visando, nomeadamente, iniciativas comuns a várias áreas classificadas;
- F. Acções que materializem os objectivos do “Programa de visitação e comunicação na Rede Nacional de Áreas Protegidas”;
- G. Acções com carácter de auto-sustentabilidade ou de demonstração;

H. Acções de âmbito regional ou multi-regional e cujo impacto de execução exiba um valor acrescentado à escala nacional ou supra-nacional;

I. Acções que resultem de parcerias público-privadas entre a Autoridade Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade, instituições da administração central e local e organizações privadas;

J. Acções que agreguem uma dimensão social e económica relevante.

## **10.2. Metodologia de cálculo**

Aos critérios de selecção será aplicada a seguinte metodologia de cálculo que permitirá avaliar o Mérito da Operação (MO) e proceder à respectiva hierarquização das operações:

$$MO = 0,10A + 0,25B + 0,10C + 0,05D + 0,10E + 0,10F + 0,05G + 0,10H + 0,05I + 0,10J$$

A pontuação final do mérito da operação é estabelecida com duas casas decimais, sendo consideradas para efeito de selecção as operações de mérito elevado que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 3,00.

## **10.3. Pontuação a atribuir a cada critério de selecção**

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala que varia entre 1 e 5, de acordo com a seguinte escala de classificação:

1 = Muito Reduzido; 2 = Reduzido; 3 = Aceitável; 4 = Significativo; 5 = Muito Significativo

## **11. Entidades responsáveis pela avaliação do mérito e pela decisão de financiamento**

A análise do mérito da operação e a consequente decisão de aprovação de financiamento é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro ou da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais, nas situações referidas na alínea e), do nº 7, do artigo 40.º, do Decreto-Lei nº 312/2007, de 17 de Setembro, actualizado pelo Decreto-Lei nº 74/2008, de 22 de Abril.

## **12. Esclarecimentos complementares**

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro pode requerer ao promotor esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser prestados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados. A solicitação dos esclarecimentos e/ou elementos referidos tem efeitos suspensivos relativamente à contagem de prazo para análise das candidaturas.

## **13. Data limite para a comunicação da decisão de financiamento**

A comunicação aos promotores da decisão relativa ao pedido de financiamento sobre as candidaturas admitidas e aceites é efectuada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis após a submissão da candidatura.

## **14. Projectos geradores de receitas**

No caso dos projectos geradores de receitas, aplicam-se as disposições previstas no artigo 55º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 11 de Julho, com a redacção dada pelo

Regulamento (CE) n.º 1341/2008, e no artigo 17.º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, considerando o seguinte:

- a) As despesas elegíveis para os projectos geradores de receitas não devem exceder o valor actualizado do custo do investimento, depois de deduzido o valor actualizado das receitas líquidas do investimento;
- b) Para efeitos do disposto na alínea anterior, por “projectos geradores de receitas” entende-se “uma operação que inclui um investimento em infra-estruturas cuja utilização implique o pagamento de taxas directamente a cargo dos utilizadores, ou qualquer operação de venda ou aluguer de terrenos ou edifícios, ou qualquer outra prestação de serviços a título oneroso” (cf. ANEXO I - Definições – subalínea ee) do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão”.

#### **15. Divulgação pública dos resultados**

Os resultados contendo a lista de beneficiários, a designação das operações e os montantes do co-financiamento atribuído, são objecto de divulgação pública nos sítios da Internet [www.maiscentro.qren.pt](http://www.maiscentro.qren.pt).

#### **16. Orientações técnicas**

A Autoridade de Gestão do Mais Centro poderá emitir orientações técnicas para especificação de determinadas matérias previstas no presente Anexo ao Aviso.

#### **17. Legislação e informação relevante**

- a) Regulamento CE n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho;
- b) Regulamento CE n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro;
- c) Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, que define o modelo de governação do QREN 2007-2013 e dos respectivos Programas Operacionais;
- d) Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão;
- e) Regulamento Específico “Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados”, aprovado por Decisão da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais;
- f) Outras informações relevantes estão disponíveis nos sítios do Programa Operacional do Centro ([www.maiscentro.qren.pt](http://www.maiscentro.qren.pt)) e do QREN ([www.qren.pt](http://www.qren.pt)).

#### **18. Obrigações e procedimentos de informação e publicidade**

Os beneficiários de candidaturas aprovadas comprometem-se a respeitar e aplicar as obrigações e os procedimentos em vigor de informação e publicidade sobre a participação (co-financiamento) do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional nas intervenções, resultantes das disposições regulamentares comunitárias (Regulamentos CE n.ºs 1083/2006 e 1828/2006), bem como das normas e especificações técnicas instituídas pela Autoridade de Gestão competente em vigor à data da sua aprovação.

Coimbra, 18 de Junho de 2010

Eixo Prioritário 5  
Governança e Capacitação Institucional

# SISTEMA DE APOIOS À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

**Aviso nº: Centro-SAM-2010-09**



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu  
de Desenvolvimento Regional



QUADRO  
DE REFERÊNCIA  
ESTRATÉGICO  
NACIONAL  
PROG. 2007-2013

mais  
CENTRO

Programa Operacional Regional do Centro

Nos termos do Regulamento Específico “Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA)”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, é publicado o presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas.

As informações que constam do presente Anexo ao Aviso devem ser conjugadas com o conteúdo das normas comunitárias e nacionais relevantes, das orientações técnicas e do formulário da candidatura, conforme referido nos respectivos pontos deste Anexo ao Aviso, alertando-se para a necessidade de conhecimento do teor integral desses documentos.

O presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas é definido nos seguintes termos:

### **1. Âmbito**

Nos termos do nº 7 do artigo 12º do Regulamento Específico “Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA)”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, o presente Anexo ao Aviso para Submissão de Candidaturas em contínuo – “Balcão Permanente”, enquadrado pelo Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro (adiante designado por Mais Centro) e as Comunidades Intermunicipais, visa o financiamento de operações através do Regulamento Específico referido, integrado no Eixo Prioritário V, do Mais Centro. Para além dos meios legais estabelecidos, o presente Anexo ao Aviso é divulgado nos sítios da Internet do QREN ([www.qren.pt](http://www.qren.pt)), do Mais Centro ([www.maiscentro.qren.pt](http://www.maiscentro.qren.pt)) e das Comunidades Intermunicipais.

### **2. Objectivos**

As operações a financiar devem prosseguir os objectivos previstos no artigo 3º, do Regulamento Específico “Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA)”.

### **3. Tipologia de operações a apoiar**

No âmbito do presente Anexo ao Aviso são elegíveis as tipologias de operações previstas no artigo 5º, do Regulamento Específico “Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA)”. As operações a financiar devem enquadrar-se nas tipologias previstas no Anexo I do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro e as Comunidades Intermunicipais.

### **4. Entidades beneficiárias**

Considerando as tipologias de entidades beneficiárias previstas na alínea c), do artigo 6º, do Regulamento Específico “Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA)”, são elegíveis no âmbito do presente Anexo ao Aviso as Entidades da Administração Local Autárquica. Nos termos da alínea i), do artigo 4º, do Regulamento Específico “Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA)”, entende-se por entidades da Administração Local Autárquica as autarquias locais e associações de municípios regularmente constituídas e comunidades intermunicipais de direito público.

## **5. Financiamento das operações**

A taxa máxima de co-financiamento FEDER para as operações apoiadas no âmbito do presente Anexo ao Aviso será a prevista no nº 7 do ponto C – Programa Operacional Regional do Centro, do Anexo A do Regulamento Específico “Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA)”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, de acordo com as condições aí definidas.

## **6. Duração da execução das operações**

Cada operação a apresentar no âmbito do presente Anexo ao Aviso, deve ter uma duração máxima de 24 (vinte e quatro) meses para a respectiva execução.

## **7. Condições de admissão e aceitação dos beneficiários**

As condições de admissão e aceitação dos beneficiários são as exigidas no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, bem como no artigo 7º, do Regulamento Específico “Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA)”.

## **8. Condições de admissão e aceitação das operações**

As operações a financiar no âmbito do presente Anexo ao Aviso, para além de obedecerem às condições decorrentes do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, devem respeitar as condições de admissão e aceitação previstas no artigo 8º, do Regulamento Específico “Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA)”, com as alterações aprovadas a 20 de Abril de 2010, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente.

## **9. Data limite para a comunicação da admissão e aceitação da candidatura**

A comunicação aos promotores da decisão relativa à admissão e aceitação das candidaturas é efectuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após a sua submissão.

## **10. Avaliação do mérito da operação**

### **10.1. Critérios de selecção**

As operações serão objecto de uma avaliação de mérito em função da totalidade dos critérios de selecção definidos no Regulamento Específico, nomeadamente:

#### **A = Contributo para a melhoria da prestação do serviço aos cidadãos e às empresas**

A1 = Contributo para a execução dos indicadores e metas do Programa Operacional Regional do Centro

A2 = Acessibilidade física, temporal e digital dos cidadãos e das empresas aos serviços da Administração Pública

A3 = População-alvo directamente beneficiada com a intervenção

#### **B = Contributo para a modernização da entidade beneficiária (efeitos e resultados)**

B1 = Qualidade técnica e tecnológica da operação

B2 = Relevância da operação (custos/benefícios, resultados esperados)



B3 = Impacto na organização interna das entidades

B4 = Impacto na qualificação dos Recursos Humanos

B5 = Criação de redes de cooperação permanentes com outras entidades públicas

**C = Contributo para a estratégia e objectivos da política nacional para a modernização administrativa e administração electrónica**

C1 = Grau de adequação às prioridades nacionais e às prioridades regionais em matéria de modernização administrativa e administração electrónica

C2 = Potencial de demonstração e disseminação de resultados a outras entidades

**D = Grau de inovação ou de utilização de boas práticas da operação:**

D1 = Inovação da operação (à escala nacional ou internacional)

D2 = Utilização de “boas práticas” (aplicação testada noutros contextos)

**E = Grau de envolvimento dos parceiros relevantes ou representatividade à escala nacional/regional.**

**10.2. Metodologia de cálculo**

Aos critérios de selecção será aplicada a seguinte metodologia de cálculo que permitirá avaliar o Mérito da Operação (MO) e proceder à respectiva hierarquização das operações:

$$MO = 0,25A + 0,30B + 0,20C + 0,15D + 0,10E$$

em que:

$$A = 0,40A1 + 0,40A2 + 0,20A3$$

$$B = 0,20B1 + 0,25B2 + 0,20B3 + 0,25B4 + 0,10B5$$

$$C = 0,70C1 + 0,30C2$$

$$D = 0,50D1 + 0,50D2$$

$$E = 1,00E1$$

Para efeitos de selecção, serão objecto de hierarquização as operações que obtenham uma pontuação superior a 5 no critério de segundo nível b2, uma pontuação superior a 3 em cada critério de primeiro nível e uma pontuação final igual ou superior a 5,50.

A pontuação final do Mérito da Operação estabelecida com duas casas decimais.

**10.3. Pontuação a atribuir a cada critério de selecção**

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala que varia entre 1 e 10, de acordo com a seguinte escala de classificação:

2 = Muito Reduzido; 4 = Reduzido; 6 = Aceitável; 8 = Significativo; 10 = Muito Significativo

**11. Entidades responsáveis pela avaliação do mérito e pela decisão de financiamento**

A análise do mérito da operação e a consequente decisão de aprovação de financiamento é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro ou da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais, nas

situações referidas na alínea e), do nº 7, do artigo 40.º, do Decreto-Lei nº 312/2007, de 17 de Setembro, actualizado pelo Decreto-Lei nº 74/2008, de 22 de Abril.

## **12. Esclarecimentos complementares**

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro pode requerer ao promotor esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser prestados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados. A solicitação dos esclarecimentos e/ou elementos referidos tem efeitos suspensivos relativamente à contagem de prazo para análise das candidaturas.

## **13. Data limite para a comunicação da decisão de financiamento**

A comunicação aos promotores da decisão relativa ao pedido de financiamento sobre as candidaturas admitidas e aceites é efectuada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis após a submissão da candidatura.

## **14. Projectos geradores de receitas**

No caso dos projectos geradores de receitas, aplicam-se as disposições previstas no artigo 55º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 11 de Julho, com a redacção dada pelo Regulamento (CE) nº 1341/2008, e no artigo 17º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, considerando o seguinte:

- a) As despesas elegíveis para os projectos geradores de receitas não devem exceder o valor actualizado do custo do investimento, depois de deduzido o valor actualizado das receitas líquidas do investimento;
- b) Para efeitos do disposto na alínea anterior, por “projectos geradores de receitas” entende-se “uma operação que inclui um investimento em infra-estruturas cuja utilização implique o pagamento de taxas directamente a cargo dos utilizadores, ou qualquer operação de venda ou aluguer de terrenos ou edifícios, ou qualquer outra prestação de serviços a título oneroso” (cf. ANEXO I - Definições – subalínea ee) do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão”.

## **15. Divulgação pública dos resultados**

Os resultados contendo a lista de beneficiários, a designação das operações e os montantes do co-financiamento atribuído, são objecto de divulgação pública nos sítios da Internet [www.maiscentro.qren.pt](http://www.maiscentro.qren.pt).

## **16. Orientações técnicas**

A Autoridade de Gestão do Mais Centro poderá emitir orientações técnicas para especificação de determinadas matérias previstas no presente Anexo ao Aviso.

## **17. Legislação e informação relevante**

- a) Regulamento CE n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho;
- b) Regulamento CE n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro;
- c) Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, que define o modelo de governação do QREN 2007-2013 e dos respectivos Programas Operacionais;

- d) Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão;
- e) Regulamento Específico “Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA)”, aprovado por Decisão da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais;
- f) Outras informações relevantes estão disponíveis nos sítios do Programa Operacional do Centro ([www.maiscentro.qren.pt](http://www.maiscentro.qren.pt)) e do QREN ([www.qren.pt](http://www.qren.pt)).

#### **18. Obrigações e procedimentos de informação e publicidade**

Os beneficiários de candidaturas aprovadas comprometem-se a respeitar e aplicar as obrigações e os procedimentos em vigor de informação e publicidade sobre a participação (co-financiamento) do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional nas intervenções, resultantes das disposições regulamentares comunitárias (Regulamentos CE n.ºs 1083/2006 e 1828/2006), bem como das normas e especificações técnicas instituídas pela Autoridade de Gestão competente em vigor à data da sua aprovação.

Coimbra, 18 de Junho de 2010